

A formação das universidades de Paris e de Bolonha: tensões políticas, sociais, lógicas e teológicas

The formation of the universities of Paris and Bologna: political, social, logical and theological tensions

ALEXANDRE CAMPOS

Universidade Federal de Campina Grande | UFCG

Resumo O artigo apresenta aspectos do movimento que deu origem às universidades de Paris e Bolonha. Esse movimento ocorreu a partir da expansão urbana, em decorrência das melhores condições de vida nas cidades, da procura crescente pelas escolas catedrais, do interesse da Igreja em manter seu controle no sistema de ensino, do prestígio que o conhecimento passou a exercer junto à nobreza, da importância que a presença dos estudantes tinha junto à economia local e de certa autonomia conquistada pelos estudantes. Soma-se a essas condições a chegada das obras clássicas comentadas e a influência que exerceu nos pensadores/teólogos e mestres. Entre as obras, é destacada a de Aristóteles, que permitiu o isolamento de problemas relacionados às interrogações que os homens faziam sobre si mesmos, sobre o mundo e sobre Deus. A possibilidade desse duplo caminho, teológico por um lado e lógico, por outro, associado ao *status* que as universidades conferiam às cidades e sua importância para a economia local culminou em tensões de diferentes naturezas.

Palavras-chave as artes liberais – origem das universidades – escolas catedrais – escolástica.

Abstract *The article presents aspects of the movement that gave rise to the Universities of Paris and Bologna. This movement occurred due to the urban expansion due to the better living conditions in the cities the growing demand for cathedral schools the Church's interest in maintaining its control in the education system the prestige that knowledge started to exercise with the nobility the importance that the presence of the students had with the local economy and a certain autonomy achieved by the students. Added to these conditions, the arrival of classic works, commented on and the influence it had on thinkers/theologians and teachers. Among the works, I highlight those of Aristotle that allowed the isolation of problems related to the questions that men asked about themselves about the world and about God. The possibility of this double path, theological on the one hand and logical, on the other, associated with the status that universities conferred on cities and their importance for the local economy culminated in tensions of different natures.*

Keywords *origin of universities – the liberal arts – cathedral schools – scholastics.*

Introdução¹

Ainda que não seja fácil precisar data para o surgimento da Universidade de Paris, “um diploma universitário de 1221, com as palavras: *Nos, Universitas magistrorum et scholarium Parisiensium*”² sugere sua existência já nesse período, de forma organizada. Esse diploma permite apenas apontar a existência da universidade em 1221 sem, no entanto, indicar quando documentos dessa natureza começaram a ser emitidos. No mesmo sentido, definições jurídicas e textos oficiais apenas homologavam situações existentes, o que também não ajuda a precisar data para a origem das Universidades. Originárias das escolas catedrais, as *Universitas* mantinham fortes vínculos com a Igreja.

Por sua vez, as escolas catedrais não eram nem numerosas, nem estáveis. Eram destinadas, em princípio, aos oblatos,³ aos jovens clérigos – que ficavam em regime de clausura, nas escolas internas – e aos jovens nobres – que ficavam fora da clausura, nas escolas externas. Na Itália, com exceção de algumas escolas leigas particulares e mal conhecidas, as escolas no início do século XII estavam inteiramente nas mãos da Igreja ou eram ligadas a um grande estabelecimento religioso.

À frente de cada escola estava um *magister scholarum*, conhecido nas catedrais como *scholasticus* (escolástico⁴), que permanecia diretamente submetido a seu bispo ou abade. Havia as escolas monásticas e alguns centros de estudo que podiam ser considerados como estabelecimentos de ensino superior,⁵ que adquiriam reputação com a chegada ou presença de algum grande mestre, voltando ao esquecimento após sua partida.

Tais transformações ocorreram de forma espontânea, ou seja, não foram nem criadas por força de autoridades (p. ex.: reis ou papas), nem foram criadas por mestres isolados. Contudo, interesses políticos e sociais entre os diversos atores envolvidos proporcionaram tensões que visavam a manutenção dos interesses de cada um deles. É nesse contexto que este trabalho se insere e é a partir dele que se desenvolve.

Para isso, organizei o trabalho de modo a pontuar aspectos das escolas catedrais, das sete artes liberais e do *Organon*, para a seguir tratar da forma espontânea pela qual surgem as universidades de Paris e de Bolonha e discutir o apogeu e a crise da escolástica, entre os séculos XI e XIII, que favoreceu o processo de transformação das escolas catedrais em universidades.

37

As escolas catedrais, as sete artes liberais e o *Organon*

No final do século XI, numerosos conventos fecharam suas escolas externas e tiveram reduzida a importância da escola interna. O encerramento das atividades das escolas se deu, principalmente, por duas causas principais: (1) a influência hostil de todos os autores do grande movimento de restauração monástica, incluindo Pedro Damiano (1007-1072) e São Bernardo (1090-1153) e; (2) pelo fato do ensino ser baseado nas artes liberais e na leitura de autores antigos. A partir daí, “a formação intelectual do monge encontrava novamente seus meios e suas finalidades tradicionais: o humilde trabalho do copista, a leitura e a meditação pessoal, sendo o conjunto, apenas a preparação para a prece”.⁶

Os centros escolares ficaram restritos, portanto, às cidades de certa importância: eram as escolas catedrais. O que se ensinava nessas escolas eram os fundamentos das sete artes liberais, baseados nas artes do *trivium* (gramática, dialética, retórica) e nas do *quadrivium* (matemática, geometria, música, astronomia). As artes do *trivium* e as do *quadrivium* eram utilizadas para as várias interpretações da Bíblia. O uso das artes liberais indica o notável grau de acuidade de tais estudos. O coroamento formativo se dava pelo “ensino da teologia”.⁷ O que se percebe, portanto, é que o vínculo de dependência dos textos explicados não era levado em conta.

O método de ensino utilizado era o da leitura do texto a ser estudado pelo mestre (*lectio*), com interrupções para comentários do sentido literal (*sensus*), para depois interpretá-los segundo o sentido profundo e oculto (*sententia*). Entre os autores estudados em cada matéria estavam: Donato (séc. IV) e Prisciano (séc. V e VI) nos manuais básicos

de gramática; Cícero (106-43 a.C.), em retórica; Aristóteles (384-322 a.C.), para a lógica – os livros que se conheciam até então, isto é, os tratados traduzidos, no século VI, por Boécio (470-525) – e a leitura da Bíblia, acompanhada dos comentários feitos pelos padres, principalmente Gregório, o Grande (c.540-604).

Essa característica das escolas catedrais, entre o final do século XI e início do século XII, começou a ser alterada por consequência de, principalmente, duas novas condições que se estabeleceram: (1) o desenvolvimento urbano e; (2) a chegada de novas obras traduzidas aos centros de estudo. Essas obras eram, além de traduzidas, comentadas pelos eruditos muçulmanos. Essa nova realidade contribuiu favoravelmente para o desenvolvimento das escolas catedrais.

Obras da literatura latina e da literatura grega existiam onde a cultura grega permanecera viva, ou seja, em Bizâncio e, sobretudo, no mundo muçulmano. Apesar de se encontrar na Sicília uma primeira geração de tradutores trilingues (latim, grego e árabe), foi a Espanha – onde havia inclusive centros de tradução, com destaque para a escola de tradutores de Toledo – que forneceu o maior número de traduções, devido ao brilho da civilização muçulmana espanhola nos séculos X e XI, também composta por cristãos e por importantes minorias entre as duas culturas. Entre os tradutores estavam judeus, espanhóis cristãos, alemães, ingleses e italianos. De acordo com Verger, “são estes tradutores estrangeiros que, com os monges clunisianos e os peregrinos de Santiago, permitiram a difusão rápida, em quase toda a Europa, das traduções feitas na Espanha”.⁸

São dessas traduções dos textos gregos, juntamente com as traduções de tratados árabes sobre comentários de obras gregas – como os comentários de al-Fârâbi (870-950) e de Avicena (980-1037), comentadores de Aristóteles – que vai depender a orientação das atividades das universidades até o final da Idade Média.

Outra condição que favoreceu o desenvolvimento das escolas e o respectivo processo pelo qual se deu o aparecimento das universidades foi o do desenvolvimento urbano. O abrandamento das obrigações senhoriais, a melhoria das técnicas agrícolas, bem como as condições oferecidas pelas cidades (p. ex. econômicas, sociais e políticas) eram completamente novas.

38

As novas condições de trabalho e sua divisão tiveram como consequência o aparecimento dos ofícios, favorecendo as associações dos homens que exerciam o mesmo trabalho, para que pudessem se defender. Tais associações tinham como caráter dependências horizontais e não verticais, como ocorria na sociedade feudal. As cidades eram frequentemente chamadas de *universitas*, devido à diversidade que lá se instalara.

Essas mudanças, tanto com relação à chegada de novas obras, quanto com relação aos aspectos sociais e econômicos, tiveram importantes consequências para as escolas, não só do ponto de vista quantitativo – por não haver número suficiente de mestres –, como também do ponto de vista qualitativo – pelas modificações da pedagogia e do conteúdo.

De um lado, a quantidade insuficiente de mestres está relacionada à multiplicação de escolas⁹ nas cidades (em Paris, havia todo um bairro que se transformava no bairro das escolas, ao redor do “*cloître Notre-Dame*”); e por outro lado, ao número crescente de alunos desejosos de ouvir teólogos célebres, o que tornava difícil até mesmo alugar uma moradia, mesmo com preços elevados e com mestres e alunos invadindo as instituições tradicionais.

Com a intenção de manter o monopólio do ensino e aumentar a quantidade de mestres, a Igreja proclamou que os *escolásticos* deveriam conceder gratuitamente a *licencia docendi*, desde que somente para a alçada da diocese desse *escolástico*, a todos os que tivessem aptos e a solicitassem. No século XIII, a Igreja criaria uma licença de valor universal, a *licencia ubique docendi*, sempre procurando não deixar de lado seu monopólio no ensino.

Por outro lado, as modificações de cunho pedagógico e do conteúdo estavam relacionadas ao surgimento de novas traduções e textos. A descoberta do *Organon*, de Aristóteles, revelou segredos da dialética com os quais se podia isolar uma série de problemas filosóficos e científicos. Entre esses problemas estavam os relacionados às interrogações que os homens faziam sobre si mesmos, sobre o mundo e Deus.

Nesse cenário, o intelectual toma consciência social de seu trabalho, ao mesmo tempo em que descobre que os métodos e a finalidade de sua pesquisa e de seu ensino são autônomos.

A origem das universidades espontâneas¹⁰

Chamam-se de universidades espontâneas aquelas que surgiram das escolas já pré-existentes. Suas formações ocorriam pela presença de grandes mestres, associadas à especialização numa determinada disciplina. Nesse contexto, o aparecimento de uma nova sistemática vinha, por vezes, completar o quadro, tornando essas escolas locais atrativas para estudiosos de outras regiões da Europa. As universidades de Paris e de Bolonha são os mais antigos exemplos dessa formação.

Aos poucos, e já com alguma projeção, essas escolas iam tomando consciência de sua importância e da sua força. Nascia, assim, um verdadeiro espírito corporativo formado por mestres e estudantes. A força dessa união, verdadeira corporação universitária, podia ser percebida nos conflitos entre burgueses e escolares.

Frequentada agora por milhares de estudantes, das mais diversas regiões, a corporação universitária deixava claro que as escolas tinham perdido o caráter local. Nesse momento as universidades já não estavam mais a serviço de um município, de um convento ou de uma diocese, mas a serviço da comunidade cristã universal.

A Universidade de Paris

A chegada de Aberlado (1079-1142) possibilitou um considerável desenvolvimento das escolas parisienses do século XII. Após sua partida, e sem sua notoriedade, os mestres que ali ensinavam redigiram manuais fundamentais que permaneceram em uso até o final da Idade Média. A partir de 1150 foram abertas escolas de medicina e direito, que tiveram sucesso por preparar seus estudantes para carreiras lucrativas, seja no clero, seja na administração real.

Essa multiplicação das escolas trouxe problemas de organização e “foi desse reexame das instituições escolares que devia sair, nos primeiros anos do século XIII, a Universidade de Paris”.¹¹ Problemas de organização e divergências passaram a surgir, seja com a Igreja, seja com a sociedade urbana. Por um lado, a tendência à laicização – motivada pelo fato dos mestres e alunos se sentirem mais próximos dos trabalhadores urbanos do que dos meios eclesiásticos – contrariava os interesses da Igreja que não se resignava a abandonar seu monopólio escolar. Por outro, o recrutamento dos alunos e a forma como os mestres eram aprovados pelo chanceler passaram a incomodar os demais segmentos da sociedade urbana, pois não se enquadravam perfeitamente a esses segmentos, resultando um estado de tensão permanente entre alunos e burgueses gerando, inclusive, violentos conflitos. Na repressão a esses conflitos as autoridades da Justiça do rei intervinham brutalmente, até mais do que seus adversários.

Diante dessa situação, mesmo com a tendência a laicização das escolas, mestres e alunos não se opuseram às autoridades eclesiásticas quando essas definiram o estudante como um clérigo. O interesse em permanecer na Igreja – o que aparentemente era menos incômodo, graças a política compreensiva do papado – seria, num primeiro momento, uma solução de facilidade e segurança pessoal, garantida pela justiça eclesiástica. Contudo, o que antes era solução, passou a culminar, posteriormente, em conflitos internos, gerados por resistências internas por parte da Igreja.

Exemplos de personagens diretamente ligadas às origens da resistência eram, principalmente, o bispo de Paris e o chanceler de Notre-Dame, que naquele momento possuíam uma autoridade arbitrária sobre as escolas de Paris, até mesmo pela outorga da *licencia docendi*. A causa para o forte controle, por parte do bispo e do chanceler sobre as escolas, era o fato de haver uma grande corrente que animava as escolas parisienses nesses anos e que tinha a tendência de se organizar perante as autoridades locais numa corporação autônoma, senhora de seu recrutamento e da organização de seu trabalho.

De acordo com Verger, para esse momento, infelizmente, “dispomos, sobretudo de documentos indiretos, que apenas refletem as arbitragens impostas pela Santa Sé e não nos esclarecem sobre a cronologia do conflito, nem sobre as iniciativas e as motivações próprias dos adversários”.¹² Ainda de acordo com o autor

Pode-se conjecturar que foi por volta de 1170-1180 que apareceu a primeira forma – ainda embrionária – de associação entre os mestres das escolas parisienses... Essa associação primitiva deve ter se desenvolvido pouco a pouco. [...] Pode se pensar, com Gaines Post, que a década decisiva foi a de 1200-1210. Foi nesse período que nasceu uma verdadeira organização corporativa dos mestres e alunos de Paris e, como consequência, que seu conflito com o bispo e o chanceler entrou numa fase aguda, conflito que vai durar mais de 25 anos para terminar pela vitória mais ou menos total do que se pode doravante chamar a Universidade de Paris.¹²

O que estava ocorrendo, de forma resumida, era que o chanceler e o bispo se opunham à liberdade que o movimento dos mestres e estudantes havia adquirido dentro da Igreja. Essa liberdade vinha, principalmente, pelo apoio externo do papa, do rei e até mesmo da burguesia. O apoio conquistado pelos estudantes e mestres junto ao papado, ao governo real e até mesmo à burguesia não era gratuito. Cada um desses grupos visava seus próprios interesses ao manifestar apoio aos estudantes e mestres. E era exatamente esse apoio, conquistado pelos mestres e estudantes, que faltava ao chanceler e ao bispo. O que, de fato, estava em jogo? Quais eram as armas utilizadas pelos mestres e pelos estudantes? Quais foram os resultados obtidos?

O interesse do papa em apoiar os estudantes, demonstrando por isso ser mais benévolo com eles do que com os bispos, encontrava-se no desejo de que, graças às universidades, pudesse-se aumentar a centralização da Igreja, dotando a cristandade de grandes centros de estudo e de pesquisas religiosas, diretamente ligadas ao papado. Com relação ao governo real, seu interesse estava no fato do prestígio intelectual e religioso que a universidade dava à sua capital, embora se tornasse, ao mesmo tempo, desconfiado em relação à autonomia dos estudantes.

Quando nem mesmo o apelo à Santa Sé não bastava para vencer as resistências locais, os mestres possuíam outros meios: a greve das aulas e a dispersão. Era o fato de a corporação universitária possuir caráter puramente pessoal que tornava possível tais dispersões. As dispersões não eram interessantes nem para o papado, nem para o rei, nem para a burguesia. Seja pela importância que a corporação universitária adquiriu como centro intelectual e religioso, seja por sua importância como grupo de consumidores, as dispersões eram dificilmente suportáveis para o papado, para a Igreja de Paris, para o rei e para os burgueses parisienses. Essa dependência que a cidade de Paris passou a ter dos mestres e dos estudantes dava à universidade condições de negociar seu retorno numa posição de força.

As universidades obtiveram, assim, progressivamente todos os privilégios que definiam uma corporação aos olhos dos juristas da época. Isso se realizou em duas etapas: do final dos anos de 1190 até 1215, quando a nova instituição universitária teve outorgado o essencial de suas instituições, sancionadas em 1215 e; entre os anos de 1215 a 1231, nos quais o bispo e o chanceler tentaram um último golpe contra uma corporação já bem organizada, cuja resistência vitoriosa resultou na bula *Parens Scientiarum* de Gregório IX (c. 1143-1241), completada por volta de 1250, com algumas exigências por parte dessa incipiente corporação universitária.

Uma primeira exigência era a de que a corporação universitária fosse senhora de seu recrutamento; a segunda, ter o direito de outorgar estatutos regulamentando seu funcionamento interno (organização do ensino, ajuda mútua etc.), ter o direito de exigir de seus membros um juramento de obediência a tais estatutos e ter o direito de excluir os recalcitrantes; a terceira exigência era o direito de eleger seus funcionários para assegurar a aplicação desses estatutos e representar a corporação diante das autoridades exteriores ou diante da Justiça.

A Universidade de Bolonha

A Universidade de Bolonha, assim como a Universidade de Paris, teve formação espontânea, favorecida pelo ambiente externo no qual a sociedade caminhava para buscar uma forma de organização e pela chegada de novos textos. Sua origem está vinculada às escolas leigas da Itália do Norte, que ministravam aulas baseadas nas artes liberais, complementadas por algumas noções de direito.

A formação da Universidade de Bolonha pode ser pensada pela confluência de dois fatores. O primeiro deles diz respeito à transformação do ensino nas escolas, entre o final do século XI e a primeira metade do século XII; essas transformações ocorreram com a renovação dos textos jurídicos e a composição das primeiras grandes coleções canônicas. O segundo fator diz respeito à localização geográfica de Bolonha, que parece também ter influenciado no surgimento da universidade. Bolonha estava localizada “no centro do conflito entre papas e imperadores, estando situada na província de Ravena, capital do antipapa Viberto, mas próxima dos domínios da condessa Matilde (1202-1262) e dos Estados da Igreja”.¹⁴

O enfraquecimento do poder imperial, a partir dos anos 1116-1120, favoreceu o surgimento de uma associação privada de proteção mútua – a comuna –, que se assenhorou com bastante rapidez do poder da cidade. Dessa associação privada suspeitavam os doutores bolonheses, que colocavam, de acordo com o direito romano, a única autoridade possível no imperador – autoridade e única fonte de lei –, o que contrastava com qualquer forma de associação privada e de legislação ou regulamentação particular. Nesse período, quatro doutores bolonheses foram convidados a auxiliar os conselheiros de Frederico Barba Roxa (1122-1190) na redação das constituições. Em contrapartida, os comunas não podiam exercer tal atividade, sendo delegados a eles apenas os direitos que o Imperador concordasse em lhes conceder. No entanto, com a morte de Barba Roxa, a autoridade da comuna aumentou. Exigiu-se dos doutores, por desconfiança da comuna, o juramento de não mais ensinarem fora de Bolonha.

Nesse período, em compensação, os estudantes, ao menos os estrangeiros, agruparam-se em duas *societas* ou *universitates* para se defender. A Universidade dos Ultramontanos – ou seja, a dos estudantes não italianos – e, a Universidade dos Citramontanos – ou seja, a dos italianos não bolonheses. À frente delas, “apareceram, nos últimos anos do século XII, dois reitores eleitos”.¹⁵

O fato dos estudantes estarem organizados apenas entre eles mesmos os levou a uma situação como a que alegavam os doutores e que justificava a comuna. Os doutores alegavam que para se constituírem universidades, eram necessários não somente alunos, mas também mestres. Já a comuna procurava limitar a autonomia das universidades, exigindo dos reitores o juramento, tal como o feito pelos doutores, de não abandonar Bolonha. A oposição dos doutores e a oposição da comuna resultaram inúteis, principalmente em razão da maturidade dos alunos e das relações econômicas estabelecidas entre estudantes e mestres.

Diferentemente dos jovens estudantes adolescentes que estudavam em Paris, os estudantes de Bolonha, em sua maioria, tinham mais de 20 anos; muitos eram originários de famílias ricas e, sobretudo entre os alemães, muitos eram nobres. Por outro lado, muitos professores não viviam de renda eclesiástica, mas dos honorários pagos pelos estudantes. Nesse sentido, as características sociais e financeiras desses estudantes lhes davam maturidade e segurança para que se organizassem e negociassem com a comuna. Dessa forma, algumas vezes, os estudantes não hesitavam em fazer secessão seguindo os doutores bolonheses, apesar dos juramentos feitos. Por fim, o apoio eficaz do papado, da mesma forma como ocorrera na Universidade de Paris, beneficiou os estudantes bolonheses e ajudou no desenvolvimento da Universidade de Bolonha.

Por volta de 1230 tais conflitos se acalmaram. Alguns fatores contribuíram para isso: o fato de haver várias universidades na Itália, desfavorecendo o movimento de secessão; a aceitação, por parte dos estudantes, de não abandonar Bolonha em troca de ganharem a proteção da comuna, assim como os privilégios dos cidadãos de Bolonha e o fato dos reitores requererem o *podestade* e o capital do povo.¹⁶ Tendo em vista tais condições, pode-se considerar que nesse período a Universidade de Bolonha estava estabelecida.

Apogeu e crise da escolástica

Foi na primeira metade do século XIII que a Universidade de Paris e as outras universidades europeias conhecerão outras obras de Aristóteles, além daquelas da *lógica* aristotélica, já conhecida no século XII. Nas palavras de Jacques

Le Goff, “não é um, mas pelo menos dois Aristóteles que penetram no Ocidente: o verdadeiro e o de Averrões”.¹⁷ Esse outro Aristóteles, sobre o qual Jacques Le Goff chama atenção, se deve não somente às novas obras que chegaram às universidades, mas também pelo fato de virem acompanhadas de comentários de grandes filósofos árabes: Avicena (980-1037) e, sobretudo, Averrões (1125-1198).

Essas obras, “iluminadas por seus comentadores árabes, ofereciam um sistema de mundo coerente e o modelo de um saber que, estabelecido na base das ciências ‘naturais’ (incluindo as ciências do homem), levava à ontologia e à cosmologia”,¹⁸ favorecendo o uso da razão em detrimento do uso da fé, o que, é claro, desagradou às autoridades eclesásticas. A aparente incompatibilidade entre os livros sobre a filosofia natural de Aristóteles e as Escrituras culminou numa série de condenações, no período que vai de 1210 a 1277, tornando a chegada da física e da metafísica aristotélica uma verdadeira corrida de obstáculos.

Em 1210, proíbe-se tomar como objeto de estudo os tratados da filosofia natural de Aristóteles nas Faculdades de Artes e de Teologia da Universidade de Paris. Dessa forma, os primeiros teólogos do século XIII permaneceram prudentes, atendo-se à leitura da Bíblia e a uma teologia de inspiração agostiniana. No entanto, essa condenação tinha apenas força local, não atingindo as universidades criadas após essa data, como era o caso de Oxford e de Toulouse, cujas origens se deram, respectivamente, em 1214 e em 1229. A permissão do estudo de Aristóteles, nessas novas universidades, levou a uma gradativa perda de força da condenação. Em 1231, o papa Gregório IX publica a *Parens Scientiarum*, propondo que a proibição de 1210 fosse cessada, considerando-se que todos os indícios de erros contidos na filosofia natural de Aristóteles fossem examinados e eliminados.

Foi entre as décadas de 1230 e 1250, com o secular Guilherme de Auvergne (c.1190-1249), o franciscano Alexandre de Hales (1170-1245) e o dominicano Alberto Magno (1193-1280), que o estudo do aristotelismo se impôs aos teólogos. Esses doutores facilitaram essa evolução, ao utilizarem os comentários de Avicena, que estabelecia uma espécie de transição entre Agostinho e o aristotelismo. Perceberam, além disso, que explicações racionais de certas questões teológicas como, por exemplo, a criação, poderiam ser utilizadas por meio de conceitos aristotélicos.

42

Já a segunda metade do século XIII foi uma das mais brilhantes da Universidade de Paris. As sumas de são Boaventura (que ensinou em Paris de 1253 a 1257) e, sobretudo, são Tomás (1225-1274) (que ensinou em Paris de 1252 a 1259 e de 1268 a 1272 e, em Nápoles de 1259 a 1268) floresceram entre 1250 e 1275. Pensadores mais ou menos contemporâneos, como os franciscanos Boaventura (1221-1274) e Roger Bacon (1214-1294), os dominicanos Alberto Magno e Tomás de Aquino (1225-1274) e o secular Siger de Brabant (1235-1281) estiveram por lá. Siger era mestre secular na Faculdade de Artes; Boaventura, Alberto e Tomás eram da Faculdade de Teologia; Bacon, mestre na Faculdade de Artes, na década de 1240.

Até por volta da década de 1250, os mestres da Faculdade de Artes ainda permaneciam lógicos, mesmo que os textos da filosofia natural de Aristóteles não fossem desconhecidos; sendo que, a partir dos anos de 1250, os textos de Aristóteles e de Averrões começaram a ser estudados lá.

Surgem, então, duas interpretações filosóficas para as obras aristotélicas: a de que as obras de Aristóteles e de Averrões deveriam ser interpretadas à luz da filosofia, que seria defendida, principalmente, por Siger, desconsiderando as verdades da teologia; e a de uma tentativa de conciliar os principais ensinamentos cristãos e a filosofia aristotélica, desenvolvida, principalmente, por são Tomás. Independente da interpretação, os teólogos permaneceriam preocupados com a perigosa ameaça que a filosofia aristotélica representava para a teologia e suas interpretações.

Professor da Faculdade de Artes, entre 1266 e 1277, Siger de Brabant foi um defensor do averroísmo. Menos ligado às questões da Igreja, guardava algum afastamento da ortodoxia, mais presentes na Faculdade de Teologia. Como professor da Faculdade de Artes, deveria explicar a seus alunos os textos de Aristóteles. Sua admiração com as obras do filósofo era tamanha, a ponto de afirmar que “filosofar é indagar simplesmente o que pensaram os filósofos e principalmente Aristóteles, mesmo se, por acaso, o pensamento do Filósofo não fosse conforme à verdade e se a Revelação nos tivesse transmitido [...] conclusões que a razão natural não pudesse demonstrar”.¹⁹

Segundo Siger, a distinção entre as verdades filosóficas e as verdades teológicas era possível graças à doutrina da dupla verdade segundo a qual duas sentenças contrárias podiam ser defendidas sem cair em contradição. De acordo com Verger,

os averroistas renunciavam, portanto, conciliar Aristóteles e o cristianismo, a razão e a fé; pensavam que havia duas ordens de verdades: as que atingimos com nossa razão natural e que são filosoficamente irrefutáveis – aquelas, por vezes opostas, que nos são reveladas no dogma e às quais damos nossa adesão por um ato de fé.²⁰

Isso não significava uma descrença de Siger com relação às Escrituras. Para ele, “deve-se procurar muito mais a intenção dos filósofos do que a verdade, uma vez que nosso procedimento é filosófico”.²¹ Carlos Arthur R. do Nascimento, explicitando tal posição, escreveu que “Siger nunca disse que as opiniões de Aristóteles comentadas por Averróis, como a eternidade do mundo ou a existência de um intelecto único comum a toda espécie humana, que contradiziam a fé cristã, eram verdadeiras. A verdade, para ele, é o que diz a Revelação cristã. Mas as teses de Aristóteles, quer dizer, o ensinamento da filosofia é outro”.²²

São Tomás de Aquino se oporá à oposição de Siger, já que “o estudo da filosofia não visa saber o que os homens pensaram, mas como se apresenta a verdade das coisas”.²³ Sem desconsiderar qualquer conceito agostiniano, dedicou-se à tentativa de conciliar a filosofia natural aristotélica aos principais ensinamentos cristãos. Ainda que não separasse filosofia e teologia, não as confundia. Acerca dessa posição, afirma Verger que

a síntese tomista parecia coroar o esforço de assimilação da física grega pelo pensamento cristão. No quadro traçado por Santo Tomás, as ciências da natureza e, portanto, do homem, tinham seu lugar, não cultivadas por si mesmas, mas concorrendo para iluminar os diferentes aspectos de um universo inteiramente voltado para Deus, seu Criador.²⁴

43

Wippel complementa o comentário de Nascimento sobre a posição de São Tomás, ao afirmar que,

Como crente que era também um filósofo, escrupulosamente respeitou a natureza distinta da teologia, a ciência da fé, e a filosofia. O centro de sua solução [para o problema da fé e razão] era sua convicção de que a razão e, portanto, a filosofia, quando corretamente exercitada, não poderia contradizer a fé, quando corretamente interpretada. Ambas [filosofia e teologia] derivam de uma e mesma fonte, Deus como princípio criativo do Universo, e Deus como fonte de revelação.²⁵

A harmonia das ideias tomistas escandalizou os mestres em teologia, sobretudo os mais tradicionais, que permaneciam ligados ao agostinismo e não admitiam que se recorresse à filosofia de Aristóteles, o que rendia críticas, seja por parte dos mestres em teologia, seja por parte dos averroistas.

De um lado, os teólogos agostinianos acusavam São Tomás por dar demasiada importância aos aspectos da filosofia natural em relação às Escrituras; de outro, os averroistas, sobretudo os da Faculdade de Artes, perceberam que São Tomás distorcia os textos de Aristóteles e negligenciava os comentários de Averróes.

A reação dos teólogos conservadores – preocupados com a perigosa ameaça que a filosofia natural aristotélica representava –, seja com o averroísmo, seja com o aristotelismo tomista, é violenta. Um desses opositores foi São Boaventura, que afirmava que “não se deve misturar tanta água da filosofia no vinho da Sagrada Escritura, que o vinho se transforme em água; seria um péssimo milagre, uma vez que vemos que Cristo transformou a água em vinho e não o contrário”.²⁶

Em 10 de dezembro de 1270, Étienne Tempier (c.1210-1279), bispo de Paris, publica nova condenação contendo 13 artigos que reuniam o essencial da doutrina averroista. Entre as condenações encontravam-se aquelas que tratavam sobre a eternidade do mundo.

Após essa condenação houve uma grave crise na Faculdade de Artes, na qual partidários de Siger se defrontaram. Em 1274, após a morte de Aquino, uma grande ofensiva foi lançada contra o aristotelismo, tornando a primeira metade da década de 1270 um período de verdadeira disputa entre filósofos e teólogos e, entre teólogos e teólogos. Para Évora,

*A tensão dentro da Universidade de Paris se agrava ainda mais e, em 1272, os filósofos naturais aristotélicos desta universidade são compelidos pelas autoridades eclesiásticas a jurarem que eles não tratavam de questões teológicas. E, em caso de um possível conflito entre as proposições metafisicamente demonstradas e a teologia, eles juravam resolver em favor da fé. É por volta de 1274 que Aegidius Romanus publica um tratado intitulado *Errores Philosophorum*, defendendo a fé e listando os tão conhecidos erros dos filósofos não cristãos: Aristóteles, Averrões, Avicena, Al-Ghazali, Al-Kindi e Maimônides.²⁷*

Em 7 de março de 1277, o bispo de Paris, Étienne Tempier, incitado ao mesmo tempo por mestres em teologia e pelo papa João XXI, apressadamente publica a condenação de 219 proposições errôneas.²⁸ Inspirada nos mestres agostinianos de teologia, a condenação misturava teses averroistas com proposições aristotélicas ou mesmo tomistas, provocando a ira dos dominicanos e do conjunto dos mestres em artes. “A ordem dominicana não lhe prestou a mais leve atenção. [...] Um mestre secular na Faculdade de Teologia, Godefroy de Fontaines, dedicou-se à crítica pormenorizada e implacável da lista”.²⁹

“Embora as condenações não fossem respeitadas, decapitaram o partido averroista”,³⁰ os mestres averroistas foram expulsos da Faculdade de Artes; Siger foi condenado à prisão perpétua, sendo assassinado em 1282. Entretanto, essas condenações não se restringiam somente às interpretações de Aristóteles segundo Averrões, elas abrangiam também o tomismo. De acordo Verger:

O sentido dessa condenação era, portanto, claro. Não era somente o averroísmo, isto é, o desenvolvimento autônomo de uma filosofia natural puramente racionalista que era atingido, mas sim qualquer esforço para conciliar fé e razão, para elaborar, pela cooperação da Sagrada Escritura e dos filósofos gregos e árabes, os elementos de um sistema inteligível do mundo, para iluminar com luzes ‘naturais’ da filosofia uma fé à procura não somente da salvação, mas de compreensão.³¹

44

A condenação de 1277 não acabou com o plano intelectual das universidades. O averroísmo e o tomismo sobreviveram a ela, reaparecendo após alguns anos em outras universidades, como, por exemplo, em Pádua. A teologia voltou para a tradição agostiniana e para seus temas maiores, raramente recorrendo aos filósofos, o que se fez sentir por um empobrecimento da pedagogia. As Faculdades de Artes, sobretudo a de Paris, tiveram que voltar às suas disciplinas tradicionais, como a gramática e a lógica. Como declara Verger, “essa separação, que São Boaventura pressentira ao distinguir a *ciência* (que é o conhecimento do mundo sensível) e a *sabedoria* (que é revelação, pela iluminação, do mundo invisível), vai caracterizar a vida intelectual da Universidade de Paris no século XIV”.³²

A Universidade de Paris no século XIV e a falência da teologia universitária

Pelo menos no que se refere ao plano das instituições e da organização de ensino, a universidade é criação viva do século XIII, tornando-se modelo e sendo reproduzida indefinidamente no século XIV; as universidades continuavam sendo instituições da Igreja. Contudo, alguns dos privilégios eclesiásticos foram reduzidos pelos poderes públicos.

O quase monopólio que o papado reservara à Faculdade de Teologia da Universidade de Paris, no século XIII, fora substituído, na segunda metade do século XIV, por uma política de descentralização. Essa multiplicação de Faculdades de Teologia não fez com que, de fato, a quantidade de clérigos formados também fosse multiplicada. As doutrinas

ensinadas eram as mesmas do século XIII; o estrito agostinismo conservava seus partidários, especialmente em Oxford, enquanto que a parte tradicional em Paris ensinava o tomismo. Tais doutrinas não se renovavam, repetindo as mesmas ideias e os mesmos argumentos, o que levava o ensino da teologia a dar sinais de envelhecimento e de declínio.

As Faculdades de Teologia também foram ambientes do nascimento de novas doutrinas, sobretudo no século XIV. Uma das mais importantes foi a de Guilherme de Ockham (1290-1349), que prolongava a doutrina de Duns Scot (1266-1308), ainda que criticasse vários de seus pontos. Para Duns Scot, a razão humana seria incapaz de compreender a totalidade do ser que engloba tanto o sensível quanto o insensível, não sendo, portanto, “capaz de estabelecer que Deus é um ser positivamente infinito”.³³ Essa crítica filosófica comandada por razões teológicas vai ser acentuada ainda mais por Guilherme de Ockham que, assim como Scot, pertencia à ordem dos franciscanos. Esses dois, por sua vez, nunca esconderam suas divergências com São Tomás. Logo, suas obras se apresentam como uma crítica ao tomismo. Tal doutrina

*não se opunha ao tomismo como uma doutrina a outra doutrina. Duns Scot e ainda mais radicalmente, Guilherme de Ockham separavam os domínios da fé e da razão que Santo Tomás pensara poder fundir ao permitir ao indivíduo passar, com um mesmo movimento, do estudo da natureza à contemplação de Deus criador e ‘senhor das naturezas’.*³⁴

A importância e o interesse teológico dessas obras são inegáveis, mas, num primeiro momento, não parecem ter efeitos muito positivos no ensino da teologia nas universidades. A mudança ocorreu aos poucos,

*o comentário das Sentenças de Pedro Lombardo, até então pedra de toque no ensino teológico, é progressivamente ignorado. [...] rompe-se todo e qualquer equilíbrio entre a natureza e a graça. O homem pode cumprir com tudo aquilo que Deus exige dele, mesmo que esteja fora da graça.*³⁵

A partir de 1350, mediante algumas atenuações que pensadores como Jean Buridan (c.1300-1358) trouxeram, o occamismo penetrou largamente nas universidades, sobretudo em Paris, em Oxford e nas universidades alemãs (exceção deve ser feita à Universidade de Colônia). Aspectos da filosofia natural, relativos ao que hoje classificamos como mecânica, em física, foram alguns dos que tiveram fortes repercussões nas discussões. Membros do Merton College, na Universidade de Oxford, e mestres da Universidade de Paris, entre eles o próprio Buridan, trataram de questões relacionadas ao lançamento de projéteis, enquanto que os mertonianos

*começaram a analisar a velocidade de um movimento como uma qualidade que aumenta ou diminui, isto é, se torna mais, ou menos, intensa. [...] o problema da intensificação ou abrandamento das qualidades (intensio et remissio formarum) derivava de um contexto puramente teológico: os graus das virtudes ou os graus da hierarquia dos seres (maior ou menor perfeição das espécies).*³⁶

Na Universidade de Paris, Buridan e Oresme utilizaram a teoria do *impetus* para explicar tanto o lançamento de projéteis quanto a queda livre e até mesmo o possível movimento diurno da Terra.

Considerações finais

Ainda que não se possa estabelecer data para a origem das universidades de Paris e de Bolonha, ambas se originaram de centros de estudos locais – as escolas catedrais e as escolas leigas – tiveram formação espontânea e foram fortemente influenciadas por fatores externos e pela chegada das obras clássicas às escolas, seja às escolas catedrais, em Paris, seja às escolas leigas, em Bolonha.

O ensino nas escolas catedrais era baseado nas sete artes liberais (*trivium* e *quadrivium*), utilizadas para as diversas interpretações da Bíblia e no direito. A metodologia utilizada para o ensino era o da leitura, com algumas interrupções para discussão do sentido literal (*sensos*) e depois havia a interpretação das leituras em sentido profundo e oculto (*setentia*).

O desenvolvimento urbano, com relação aos aspectos sociais e econômicos, e a chegada de novas obras tiveram importantes consequências para as escolas, do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo. Por um lado, a quantidade de mestres já não era mais suficiente e, por outro, houve modificações na pedagogia e no conteúdo.

Em Paris, a Igreja tentava a todo custo manter o monopólio sobre as escolas; em Bolonha, havia conflito entre os estudantes bolonheses e os “estrangeiros” – os Ultramontanos e os Citramontanos –, a Igreja e o imperador, que atingiu o ápice com a tentativa de se exigir dos doutores que não ensinassem fora de Bolonha.

Em contrapartida, os estudantes tinham consciência de sua importância para a economia e para a sociedade local. Sendo assim, organizavam-se e retiravam-se das cidades para, posteriormente, negociarem e retornarem em melhores condições. Foi a partir das melhores condições para sua existência e funcionamento e da multiplicação das universidades que as duas universidades se estabeleceram, na primeira metade do século XIII.

Em paralelo, a entrada de outras obras, principalmente as de Aristóteles, também a partir da primeira metade do século XIII, acompanhadas de suas traduções comentadas por Avicena (980-1037) e, sobretudo, Averróes (1125-1198) contribuiu para o que se pode chamar de crise da escolástica e a falência da teologia universitária no século XIV.

Esse processo, que misturava as novas obras traduzidas e comentadas de Aristóteles e o distanciamento da universidade com relação ao seu caminho de origem, prioritariamente teológico, permitiu que se imaginassem outras possibilidades para o mundo organizado aristotélico e, por consequência, para as explicações do filósofo, no que diz respeito aos movimentos, no Mundo Celeste e no Mundo Terrestre. Na Universidade de Paris, por exemplo, Buridan e Oresme utilizaram a teoria do *impetus* para explicar tanto o lançamento de projéteis, quanto a queda livre e até mesmo o possível movimento diurno da Terra (o que hoje é conhecido como movimento de rotação).

Notas e referências bibliográficas

Alexandre Campos é professor lotado na Unidade Acadêmica de Física da Universidade Federal de Campina Grande. É doutor em Ciências pelo Programa Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo, mestre em História das Ciências pelo Programa Pós-graduado em História das Ciências pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e licenciado em Física pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: alexandre.campos@df.ufcg.edu.br

- 1 Este artigo é a adaptação de um estudo acerca da importância dos escolásticos da Universidade de Paris para o desenvolvimento da Teoria do *Impetus* e sua importância para as discussões acerca da possibilidade do Movimento Diurno Terrestre.
- 2 CORREIA, Alexandre. A universidade medieval. *Revista da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento*. São Paulo, ano II, n. 2, p. 13-42, 1941. p. 15.
- 3 Oblato: leigo que se oferece para serviço numa ordem monástica. Ver: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1427.
- 4 De acordo com nota de rodapé em *As Universidades na Idade Média*, de J. Verger, “Escolástico (no or. écolâtre, do latim medieval *scholaster*), era, pois, o eclesiástico que dirigia uma escola ligada a uma Igreja catedral (N.T.)”. Ver: VERGER, Jacques. *As universidades na Idade Média*. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990. p. 20.
- 5 J. Verger faz referência a que apenas alguns centros podiam ser considerados como estabelecimentos de ensino superior sem, no entanto, diferenciar o ensino destes das escolas monásticas e das escolas catedrais. Ver: VERGER, op. cit., 1990, p. 20.
- 6 *Ibidem*, 1990, p. 20.
- 7 *Ibidem*, 1990, p. 21.
- 8 *Ibidem*, 1990, p. 24.
- 9 A multiplicação das escolas ocorreu ao mesmo tempo em que os mosteiros rurais fechavam suas portas.
- 10 Do ponto de vista da origem, é comum a classificação entre as universidades que surgiram do desenvolvimento espontâneo (*ex consuetudine*), das que surgiram por migração (*ex secessione*) e das que foram criadas (*ex privilegio*). As universidades nascidas por migração (*ex secessione*): uma das principais formas de incorporação universitária, a fim de defender seus interesses, eram as secessões (ou migrações). Facilitado pelos poucos bens e recursos

materiais de que dispunham, as dispersões de mestres e estudantes eram comuns quando os incidentes de ordem social entre estudantes e burgueses impediam o funcionamento regular dos cursos. Por interesses políticos e econômicos, seja por conta do prestígio cultural e religioso que as universidades proporcionavam, seja pela importância dos estudantes junto ao comércio, os mestres e estudantes negociavam seu retorno em condições de vantagem. Por vezes, alguns dos mestres e escolares recusavam-se a voltar e permaneciam no local do refúgio, vivendo com o mesmo espírito corporativo que viviam na universidade de origem. Como exemplos de universidades que surgiram de migrações estão a Universidade de Cambridge e a de Pádua por dispersões que ocorreram, respectivamente, na Universidade de Oxford e na Universidade de Bolonha. As universidades criadas (*ex privilegio*): foram aquelas que surgiram por deliberação dum soberano que, apesar dos privilégios que recebia de seus instituidores, não possuíam o prestígio duma tradição, cabendo uma confirmação pontifícia para ampliar sua projeção além do âmbito local. Somente o papa poderia reconhecer a validade universal dos graus outorgados por ela, semelhante aos das universidades tradicionais, o chamado *ius ubique docendi*. A Universidade de Palência (Espanha), fundada em 1212, pelo rei Afonso VIII (1155-1214) de Castela; a Universidade de Nápoles, fundada em 1224, pelo imperador Frederico II (1194-1250); a Universidade de Toulouse, fundada em 1229 pelo conde local, a pedido do próprio papa, são universidades criadas.

- 11 VERGER, op. cit., p. 31.
- 12 Ibidem, p. 34.
- 13 Ibidem, p. 35.
- 14 Ibidem, p. 38.
- 15 Ibidem, p. 40.
- 16 De acordo com nota do tradutor, na p. 41 de *As Universidades na Idade Média, podestade e capitão do povo eram chefes de um corpo de cidadãos armados (companhia) nas repúblicas italianas modernas*.
- 17 LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Tradução portuguesa de Margarita Sérvulo Correia. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, [19--]. p. 128.
- 18 VERGER, op. cit., p. 81.
- 19 S. BRABANT apud NASCIMENTO. Ver NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. *O que é Filosofia Medieval*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 58.
- 20 VERGER, op. cit., p. 81.
- 21 S. BRABANT apud NASCIMENTO, op. cit., p. 58.
- 22 NASCIMENTO, op. cit., pp. 58, 59.
- 23 T. DE AQUINO apud NASCIMENTO, op. cit., p. 59.
- 24 VERGER, op. cit., p. 81.
- 25 Wippel apud Évora. Ver: ÉVORA, Fátima Regina Rodrigues. *A evolução do conceito de inércia: de Filoponos a Galileo*. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- 26 SÃO BOAVENTURA apud NASCIMENTO, op. cit., p. 60.
- 27 ÉVORA, op. cit., p. 110.
- 28 Em sua tese de doutoramento, Fátima Regina Rodrigues Évora publicou, em apêndice, uma tradução dessas 219 teses.
- 29 Le GOFF, op. cit., p. 131.
- 30 Ibidem, p. 131.
- 31 VERGER, op. cit., p. 83.
- 32 Ibidem, p. 83.
- 33 NASCIMENTO, op. cit., p. 65.
- 34 VERGER, op. cit., p. 97.
- 35 LE GOFF, op. cit., p. 151.
- 36 NASCIMENTO, op. cit., p. 69.

[Recebido em Novembro de 2020. Aceito para publicação em Abril de 2021.]